

Berço esplêndido

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

A publicação do balanço da Petrobrás suscita considerações sobre o equilíbrio entre corrupção e incompetência como causas da crise que afeta a empresa e o País. A baixa contábil total foi de R\$ 51 bilhões, dos quais R\$ 6,2 bilhões referentes à corrupção e US\$ 45 bilhões, a “impairment”, isto é, incompetência, pois retrata a diferença entre o valor real de ativos e os recursos despendidos. A estimativa de baixa contábil foi considerada bisonha pelos analistas, pois simplesmente resultou da aplicação da “bola” padrão, de às operações que envolveram implicados na Lava Jato. Sem desmerecer as ações policiais e da Justiça, é muito provável que as práticas corruptas terão tido alcance maior na Petrobrás e também fora dela.

Mas, mesmo que se triplique esta estimativa relativa à corrupção, 2/3 da baixa contábil ainda serão resultado de incompetência. Mas o controle da incompetência, em contraste com corrupção, não é algo que dependa da polícia ou da Justiça. É bem mais complicado. Embora possa haver corruptos arrependidos ou temerosos quanto à impunidade, não existe mecanismo similar que controle a incompetência. Um cínico poderia afirmar que, de fato, não há muita diferença entre os danos causados pelos corruptos e os causados pelos incompetentes. Tão ou mais perniciosos que os corruptos são os incompetentes que pulularam durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff e ainda estão em plena atividade.

Há ainda que considerar a interação entre incompetência e corrupção. Incompetência gera demandas sistemáticas por revisões do custo de projetos, o que cria um caldo de cultura ideal para que prosperem práticas corruptas que se tomam mais difíceis de detectar. Ladrão gosta de incompetência. Reincidência é traço persistente no incompetente, pois a incompetência resulta de limitações estruturais de difícil superação. Também é verdade que incompetente tende a recrutar incompetente, pois alguém mais competente poderá lhe fazer sombra.

Não há nenhum sinal de que o governo esteja preocupado com a substituição de muitos dos incompetentes que se consagraram no primeiro mandato de Dilma Rousseff. Redução da incompetência requer programa sério de remodelação da ação do Estado. Em particular, o controle da politização do aparelho de Estado. Mas o que se vê é a tentativa de remendar o retrospecto do governo da coalizão liderada pelo PT para que seja viável a volta ao crescimento significativo em 2017 e, quem sabe, confiar na falta de memória do eleitorado para que Lula recupere a sua avariada imagem e aspire a um terceiro mandato.

Não há também indícios de que haja intenção governamental de renegar o modelo pão e circo que caracterizou as gestões petistas desde 2003. Inicialmente, mais pão e um pouco de circo: apropriar-se da herança maldita, que virou bendita, para mostrar responsabilidade macroeconômica, combinada com contínua imprudente política externa ativa e altiva. Num segundo momento, a ênfase no circo e nas baboseiras que pretendiam transformar o País em “peça-chave no tabuleiro político econômico e político mundial” infectou a política macroeconômica, que adotou a miragem da nova matriz macroeconômica. Quase tudo virou circo.

Seria desejável que a oposição, em vez de considerações prematuras sobre impeachment, tratasse de compor um programa a ser contraposto à desmoralizada estratégia do atual governo, que, à exceção da política econômica, se tem mostrado inoperante quanto à redução da incompetência. Que tal reabilitar as desmoralizadas agências regulatórias? Que tal reformular as políticas equivocadas quanto a conteúdo nacional, participação da Petrobrás em investimentos e fixação de preços domésticos de derivados de petróleo? Que tal dar conteúdo efetivo à política externa? A lista é muito longa. Isso é essencial para que se pense em abandonar o aconchegante e medíocre berço esplêndido.

* Doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é Professor Titular no Departamento de Economia da PUC-Rio.